

REVOLUÇÃO FEDERALISTA – RECRUTAMENTO E DISCIPLINA MILITAR NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA

Autor: João Carlos Moreira

Orientador: Professor Dr. Dennison de Oliveira

INTRODUÇÃO, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

A Federação e a Carta Constitucional de 1891 visavam à instituição de uma nova ordem política para o Brasil do final do século XIX. Nos Estados, diversas facções se entrecrocavam para ter o monopólio de assentamento das estruturas de dominação, enquanto no Exército aconteciam cisões na esfera de comando, à medida que os militares entravam em desacordo a respeito de qual grupo apoiar.

Deodoro da Fonseca viu tornar-se impraticável sua continuidade à frente do governo em virtude de diversos motivos, como um cenário econômico caótico e insatisfações causadas por sua tendência centralizadora. Vitorioso na sucessão, o Marechal Floriano promoveu afastamento de grupos regionais que haviam apoiado seu antecessor. No Rio Grande do Sul têm início atos de hostilidade que terminam em guerra civil, a Revolução Federalista (fevereiro de 1893 a agosto de 1895). A luta se amplia quando acontece aliança entre os federalistas e os participantes da Revolta da Armada, decorrente esta de atritos entre os líderes do novo regime e a oficialidade da Marinha.

Implementada a coordenação de movimentos, os federalistas invadem Santa Catarina, iniciando um movimento rumo ao Paraná e São Paulo, e é nesse trajeto que ocorre o episódio conhecido como Cerco da Lapa, quando os revoltosos viram barrada sua marcha em direção ao norte do país.

Brasil Pinheiro Machado, - advogado e educador, indicado em 1946 para Interventor Federal do Paraná pelo presidente Dutra - discorrendo sobre as batalhas da época, registra haverem acontecido “ideologias ardorosamente encarnadas nos campos de batalha”¹.

João Cândido Ferreira, prefeito da cidade da Lapa no período de 1892 a 1896- período durante o qual aconteceu o cerco daquela cidade - afirma que os defensores da república florianista “lutavam, todos, com denodo e galhardia, na defesa da mística que armava seus braços”².

A conscrição, enfim, segundo Pedro Calmon – jurista, professor de Direito Público Constitucional, Ministro da Educação e Saúde no biênio 1950-1951 - teria arregimentado um punhado heroico de voluntários que findariam por forjar uma “história impregnada de sangue e iluminada de idealismo”³.

Problematizando tais discursos laudatórios, recorremos a pesquisadores da história militar brasileira contemporânea, como Frank D. McCann, que afirma estarem a “identidade individual e os sentimentos de autoestima e satisfação de um soldado vinculados a seu senso de participação e integração em uma identidade coletiva maior”⁴.

A moderna visão da História da Mecânica da Destruição, a seu turno, nos mostra que a disciplina da caserna tem limitado alcance quando compele o soldado à luta, e expõe a fragilidade do ser humano para suportar a tensão prolongada da batalha⁵.

¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Discurso do Desembargador Pinheiro Machado**. In: Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. 1 vol. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense Ltda, 1944, pg. 65.

² FERREIRA, João Cândido. **Discurso do Presidente de Honra do Congresso**. Ibidem, p.69

³ FERNANDES, José Loureiro. **Relatório do Secretário Geral do Congresso**. Ibidem, p. 23.

⁴ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Editora Schwarcz.p. 35.

⁵ KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000,p. 14.

Ora, observando-se o que ocorria no Brasil naquele final de século, notamos um consenso na historiografia sobre o período no qual o Imperador aparece preocupado com o problema da lealdade no Exército. Os oficiais estavam indignados com a utilização dos militares para a caça de escravos fugidos e começaram a reunir-se para discutir fatos ligados à Casa de Bragança - como por exemplo o problema sucessório - advindo daí efeitos desastrosos sobre a lealdade numa instituição onde a confiança é requisito fundamental para a manutenção da paz e da ordem. Acirram-se, ademais, as diferenças entre a casta militar e o sistema político. Acontece uma fuga generalizada da cadeia de comando quando os descontentamentos são endereçados diretamente ao imperador, e em 1887 eclode a “questão militar”: oficiais reivindicam o direito de manifestar seu descontentamento em público.

A proclamação da república adquire os contornos, então, como entende McCann, de “um ato de traição a juramentos solenes de obediência ao imperador”⁶.

Considerando-se que na época a carreira militar era objeto de escárnio, que os praças haviam sido, em sua maioria, coagidos fisicamente ao serviço militar, e eram recrutados entre os menos instruídos e os mais pobres; que o novo regime não possuía legitimidade para arriscar-se em eleições; que não havia consenso sobre o que era o republicanismo; que a ambição pessoal revelava-se numa “política de apetites” (conceito explicado a seguir, na seção Antecedentes) – percebe-se que a junção de todos esses fatores não poderiam oferecer uma ambiência favorável à apregoada “história impregnada de sangue e iluminada de idealismo”.

Este portanto, o objetivo de nosso trabalho: estudar a influência real de “idealismos e ideologias” na conscrição e disciplina dos combatentes alinhados com a defesa do gabinete da recém-criada República brasileira, no âmbito da Revolução Federalista. Este estudo toma como problema, pois, a relação entre o serviço militar em tempo de guerra civil e o estatuto da cidadania vigente àquela época.

ANTECEDENTES- O esgarçamento do tecido monárquico

Fontes do século XIX identificam uma geral repugnância da população à carreira das armas e existem referências a alistamentos à força, quando o número de voluntários não atendesse a expectativa das autoridades⁷.

Disposições como alistamento universal, sorteio para cobrir vagas não preenchidas, a substituição do alistamento por pagamento de certa quantia em dinheiro ou a possibilidade de apresentação de substitutos minaram a já pequena aura de seriedade concedida pela população ao serviço militar, e o ônus de preencher as vagas estabelecidas pelo Ministério da Guerra recaiu sobre os pobres e sobre os desapadrinhados. O recrutamento era levado a efeito “a laço”, ou “a pau e corda”, e tal situação repetia-se na esfera da Marinha. Era com terror que a população examinava a possibilidade de ver-se chamada a defender, com armas, posições políticas que muitas vezes não entendia (e sobre cuja existência frequentemente nem era informada).

Relativamente à disciplina, assiste-se, no período imediatamente anterior à derrubada da monarquia, militares e representantes de grupos econômicos aliando-se na “promoção e defesa de interesses comuns”⁸.

Examinando movimentos sociais, revoluções e violências do Estado, Frank D. McCann cita o etno-historiador Anthony F.C.Wallace e sua teoria da revolução aplicada à América

⁶ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007. pp.28-36.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p.19.

⁸ **Ibidem**, p. 60.

Latina⁹. Tal teoria divide as revoluções em dois tipos : aquelas levadas a efeito com base na “política dos apetites” e outras ancoradas em uma “ política de identidade”. A política de identidade presta-se para identificar um “movimento de revitalização, um esforço deliberado e organizado por alguns membros de uma sociedade para construir uma cultura mais satisfatória” (exemplo: as revoltas de Canudos e do Contestado).

Ao derrubar as estruturas do Império, oficiais e representantes da elite ‘paisana’ da República pretendiam, ainda segundo McCann, simplesmente assenhorear-se dos instrumentos de poder; inexistia convicção filosófica ou política com vistas a alterar em profundidade estruturas sócio-econômicas. Nunca se pretendeu alargar as vias de acesso a uma maior participação política da sociedade, nem ampliar-lhe as chances de aprimorar a educação. A esse conjunto de motivações denomina-se “política de apetites”. Um dos desdobramentos dessa conjunção de interesses individuais teria sido dificultar a estruturação de um Exército leal e disciplinado.

Decorre do exame de tal quadro uma questão: pode tal plethora de sentimentos e aspirações, mais ligadas a ambições pessoais que a um profissionalismo ancorado firmemente em um rígido código de honra e disciplina, gerar confiança em “voluntários” dispostos ao sacrifício extremo, o da própria vida? Consegue-se instalar nos quartéis a ordem necessária, obrigatória mesmo, num ambiente em que se decide atos de violência, praticada no caso contra irmãos da mesma pátria?

DEPOIMENTOS DE COMBATENTES

De 7 a 10 de fevereiro de 1944, numa homenagem ao cinquentenário da Revolução Federalista, foi organizado pelo Governo do Estado do Paraná o Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Trata-se de um momento em que os agentes históricos já se permitiam falar mais livremente sobre tema tão delicado. Além do distanciamento no tempo, o contexto nacional (crise do Estado Novo) e internacional (iminente derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial) também favorecia essas manifestações.

Diversas declarações feitas pelos próprios oficiais envolvidos nos combates dão conta de conscrições havidas à força e da preocupante falta de disciplina dominante no meio militar. São eles: José Niepce da Silva, engenheiro civil, oficial florianista, depois coronel da reserva do Exército; o Gal. Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório e interventor no Paraná após a revolução de 1930; o Cel. Pedro Cordolino de Azevedo, oficial florianista, professor de História Militar na Escola Militar do Realengo; o Dr. Filipe Maria Wolff, nascido na Alemanha, 1835, instado, em de novembro de 1893, a unir-se às forças florianistas, e que participou do cerco da Lapa, como oficial médico.

No que diz respeito aos registros trazidos pelos Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894, os testemunhos têm peso e crédito que não podem ser desconsiderados. Foram declarações feitas por oficiais florianistas, ou seja, integrantes de postos superiores na hierarquia militar do exército em cujo seio irromperam os fatos que ora analisamos. Repetimos – não se trata de acusações lançadas por desafetos ou inimigos. Além do que representam a opinião de destacados personagens de nosso panteão de vultos históricos, merecedores do respeito de diversas gerações.

E referidos testemunhos apontam para esta direção: no âmbito do Exército que defendia o gabinete de Floriano, quando dos eventos ligados à Revolução Federalista, o recrutamento era efetuado, grande número de vezes, à força, e excetuados honrosos casos isolados, a indisciplina fazia-se presente nos quartéis, em todos os níveis.

⁹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007. p. 17.

O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA

Guy Bourdé e Hervé Martin mostram-nos¹⁰ o risco de a História submeter-se aos desígnios dos poderosos. E cita casos como os de Jean Frossart, na Idade Média; no registro das Grandes Crônicas da França; na historiografia encomendada pelos soberanos Valois e as crônicas de Guillaume Gruel.

Levamos em conta também o alerta de Eric Hobsbawm, acerca da objetividade do historiador: “A tomada de consciência da construção do fato histórico... lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico”.¹¹

O Brasil não escapou indene às arremetidas da historiografia comprometida. Aqui também uma justificação– articulada, racional e “cientificamente” demonstrada– impôs-se como auxiliar na tarefa de convencimento das massas. Dessa caixa de ferramentas os republicanos sacaram a propaganda e a concepção de uma ideologia, definida por José Murilo de Carvalho como uma justificação racional da organização do poder¹² – nascia o mito de origem da República. Dessa empreitada de plasmar a imaginação popular fazia parte a implantação de uma mentalidade de respeito e admiração pelas nossas forças armadas, fiadoras (deflagradoras na verdade) que foram no advento do novo regime. Nesse contexto é que vicejam perigosas interpretações históricas, que podem levar a uma distorção, quando não transmutação completa, das motivações que guiaram milhares de homens no transcorrer das refregas. Os sentimentos de ojeriza demonstrados – na época que se examina, a da Revolução Federalista - pela população em relação às forças armadas não se coadunam com os relatos históricoslouvaminheiros que fazem desfilar diante da sociedade descrições de atos heroicos estribados em fortes convicções republicanas. Qual a explicação para o descompasso?

Resposta : foram desembainhados os símbolos. Se não convém intimidar com o sabre, arregimentam-se a palavra escrita e a falada. A estratégia agora não é a da localização da cavalaria, nem da disposição formal dos batalhões, mas do convencimento, do sítio ao coração e à mente dos cidadãos.

Cuida-se de inculcar na mentalidade da população que o golpe, apelidado convenientemente de “revolução”, atende aos seus anseios mais legítimos.

Eric Hobsbawm oferece¹³ um conceito que ajuda a entender melhor essa dinâmica: o conceito de “tradição inventada” (conjunto de práticas que visam inculcar certos valores e comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado).

Uma leitura atenta dos símbolos e versões de fatos relacionados à República evidencia o objetivo de convencer um determinado público da legitimidade da nova ordem. Havendo ficado inconcluso o mito de origem, por divergências intestinas no Exército e desavenças entre Exército e Armada, procurou-se conciliar esforços na eleição de um herói (símbolo poderoso, encarnação de ideais e aspirações)¹⁴. A escolha acabou recaindo sobre Tiradentes. E o esforço de propaganda não parou aí: sucedem-se a utilização da imagem feminina para representar a República (copiada do imaginário francês), a definição da bandeira e hino nacionais, os monumentos em praça pública.

¹⁰ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1983, pp.28,33,76-77.

¹¹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p.11.

¹² CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo : Cia. Das Letras, 2008. p.9.

¹³ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 2006.p.9.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Op.Cit.**, p.55.

Também na história da Revolução Federalista pode-se vislumbrar esse esforço de catequese e convencimento do público. Aconteceram atos de heroísmo? Sim. Foi observado o código de disciplina? Sim. Aconteceram conscrições voluntárias? Sim. Mas não com a frequência, magnitude e grau de generalidade que algumas versões pretendem sejam a expressão da realidade.

O episódio cruento da Lapa também não escapou de ser arregimentado para defender a imagem da República nascente. Conquanto túmulo de heróis verdadeiros, emprestou o sacrifício de uns poucos idealistas para legitimar uma aventura de tomada de poder, e até hoje é palco de uma superposição bastante sutil: o drama de seus valentes defensores é utilizado como fundamento para legitimação de um arranjo político.

CONCLUSÃO

Após a proclamação da república aconteceu um genuíno sentimento patriótico de parte do oficialato que buscava estruturar uma política eficiente de defesa nacional. Mas tais oficiais não conseguiram traduzir e implementar tais aspirações em meio a uma generalizada desconfiança. Largas camadas da população tinham dúvidas tanto no que diz respeito à seriedade da organização militar como à existência de verdadeiros sentimentos de preocupação - de parte do novo grupo autoguidado às esferas de poder - com tradições democráticas e com o bem-estar geral.

E aconteceu a formação de um mito de origem, e o mito foi recebendo acréscimos. Os primeiros conceitos a serem trabalhados envolviam a convergência de um sem-número de interpretações do que seria a própria República. Cumpria também convencer que a sublevação do acantonamento de São Cristóvão, no dia 15 de Novembro, respondeu mais a inspirações de conteúdo ideológico que a prosaica luta pelo poder. Na sequência, havia a necessidade de demonstrar o relevante (e heroico) papel das forças armadas no apoio à proclamação do novo regime e posterior defesa deste em insurreições como a que se examina neste trabalho. É na continuidade do engendramento desse mito que, não obstante a existência real de alguns verdadeiros heróis que honraram nossa nacionalidade - nos dois lados da guerra civil - despontam exageros e fantasias que não se sustentam à luz dos depoimentos alinhados neste trabalho e que foram trazidos pelos próprios militares.

Consideramos, portanto, superdimensionados os relatos de algumas versões historiográficas quando se reportam a uma generalizada bravura e defesa de idealismos e ideologias na conscrição e disciplina dos combatentes alinhados com a defesa do gabinete da recém-criada República brasileira, no âmbito da Revolução Federalista.

Os depoimentos contidos nos Anais referidos, até aqui inexplorados pelos historiadores, constituem um manancial de informações que desconfirmam em grande medida mitos de ardorosa convicção republicana em episódios como os do Cerco da Lapa e, por extensão, da Revolução Federalista. Resta entender como e porque tais falas foram enunciadas naquele momento histórico, a que interesses atendiam, o que pretendiam ao criticar os mitos em questão. Pode-se colocar aqui como perspectiva de estudo futuro o entendimento da súbita aparição desse tipo de discurso.

Palavras-chave: : conscrição militar – disciplina militar – revolução federalista –